Diário de bordo

Um novo índice



Roberto Rodrigues*

NA PRIMEIRA quinzena de julho, o respeitado jornal britânico *The Economist* realizou um seminário em São Paulo, simultaneamente a outros que aconteceram em Nova York, Bruxelas e Johannesburgo, lançando o resultado de um estudo organizado por sua área acadêmica, o Índice Global de Segurança Alimentar. Financiado pela Dupont, o trabalho classificou 105 países de todos os continentes quanto à segurança alimentar de seus povos, a partir de três variáveis principais: a disponibilidade dos alimentos, a acessibilidade a eles e sua qualidade e segurança.

O índice é fundado a partir de 25 *drivers* que compõem as três variáveis acima referidas e definem segurança alimentar como a situação na qual as pessoas têm acesso físico, econômico e social a alimentos suficientes e nutritivos que atendam às suas necessidades alimentares para uma vida saudável e ativa.

Os 105 países foram divididos em quatro grandes grupos em função das notas obtidas nos itens citados: os de Melhor Ambiente, os de Bom Ambiente, os de Ambiente Moderado e os que Necessitem Avançar. O primeiro grupo, Melhor Ambiente, é composto basicamente de países desenvolvidos em número de 27, e o único latino-americano é o Chile, em penúltimo lugar.

O Brasil aparece em 31º lugar na classificação geral, é o 4º do segundo grupo (Bom Ambiente), à frente de Argentina, Uruguai, Venezuela, Peru, Colômbia e outros latino-americanos, mas atrás do México.

E cada uma das três variáveis iniciais tem um grande conjunto de subtemas.

A primeira, disponibilidade de alimentos, por exemplo, considera: (I) a média de abastecimento de alimentos, em calorias/*capita*/dia; (II) a dependência de ajuda alimentar (políticas de governo); (III) os gastos públicos em P&D; (IV) a infraestrutura e a logística (desde armazéns até portos); (V) volatilidade da produção; (VI) descontinuidade de políticas públicas em função da estabilidade política.

Neste quesito, disponibilidade de alimentos, o Brasil ficou em 34º lugar, abaixo da maioria dos países desenvolvidos e do México e Uruguai na América Latina. Mas no subtema infraestrutura ficou em 87º lugar, uma vergonha por todos conhecida. Em compensação, ficou em 20º no quesito estabilidade política, um bom papel, especialmente na nossa região.

O tema acessibilidade aos alimentos, por sua vez, considera uma soma ponderada dos seguintes indicadores: (I) consumo alimentar como parte das despesas domésticas; (II) população abaixo da pobreza mundial; (III) PIB *per capita*; (IV) ação do governo no mercado agrícola (tarifas de importação, acordos preferenciais); (V) programas de segurança alimentar; (VI) acesso do agricultor ao crédito.

Aí, ficamos em 29º lugar e somos os melhores da América Latina. O destaque fica para despesas com P&D em que o Brasil ocupa o 21º posto, à frente até da Alemanha...

E, por último, no tema qualidade e segurança do alimento, foram tratados os seguintes indicadores: (I) composição da dieta (sobretudo a proporção de não amiláceos); (II) ações do governo para melhorar o padrão nutricional; (III) disponibilidade de micronutrientes (ferro e vitamina A); (IV) qualidade da proteína.

Neste quesito, o Brasil ficou em 30º lugar, atrás da Argentina, do México e Chile. Mas no padrão nutricional, estamos em 7º lugar, excelente, enquanto na disponibilidade de micronutrientes amargamos um duro 62º lugar.

Além desses itens todos, outros indicadores foram considerados, como acesso da população à água potável, presença de postos de abastecimento (supermercados, mercearias), porcentagem da população desnutrida, crianças com raquitismo, IDH, participação da mulher nos ambientes de trabalho etc.

Os dados são dinâmicos e serão informados à matriz sempre que modificados.

A colocação geral do Brasil como 31º não é desconfortável. Mas também não é exemplar. Esta classificação vai nos servir bastante: devemos olhar os países que estão à nossa frente e procurar copiá-los no que fizeram de melhor, especialmente considerando que precisamos mesmo é de estratégia. ■

*Embaixador Especial da FAO para o Cooperativismo, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal